

**ATA NÚMERO 380/XII/4.<sup>a</sup> SL**

Aos vinte e sete dias do mês de maio de 2015, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 378 e 379, referentes às reuniões de 20 e 21 de maio, respetivamente.
2. Apreciação e votação do parecer sobre os Projetos de Lei n.ºs 841/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Reforça a competência do Banco de Portugal quanto às entidades de auditoria externa, 842/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Reforça a competência do Banco de Portugal quanto à auditoria e controle interno das instituições de crédito, e 844/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Reforça os poderes do Banco de Portugal na ponderação da idoneidade para o exercício de funções nas instituições de crédito.  
Autor do parecer: Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS).  
[iniciativas agendadas para a Sessão Plenária de 29 de maio]
3. Apreciação e votação do parecer sobre os Projetos de Lei n.ºs 843/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Proíbe pagamentos a entidades sedeadas em offshores não cooperantes, 845/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Proíbe os bancos de realizarem operações sobre valores emitidos por si ou por entidades com eles relacionadas, 846/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Alarga a obrigatoriedade de registo dos acionistas dos bancos à identificação dos beneficiários últimos das entidades que participem no seu capital, e 847/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Proíbe a detenção de participações qualificadas por parte de entidades de cariz não-financeiro ou de conglomerados não-financeiros.  
Autor do parecer: Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS).  
[iniciativas agendadas para a Sessão Plenária de 29 de maio]
4. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 326/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - Aprova o novo Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, bem como os regimes processuais aplicáveis aos crimes especiais do sector segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, transpondo a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

5. Apreciação e votação do Requerimento dos Grupos Parlamentares do PSD/CDS-PP com vista à audição do Governo sobre a implementação da Resolução da Assembleia da República n.º 31/2014, de 11 de abril - Recomenda ao Governo que proceda à implementação de um programa nacional, global e integrado de modernização, simplificação e desburocratização administrativas.
6. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PS propondo que a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO), no âmbito das suas competências, proceda ao estudo do impacto orçamental do Artigo 6.º (redação final) do Projeto de Lei n.º 826/XII/4.ª, de modo a estimar o valor total dos benefícios atribuídos ao Novo Banco.
7. Informação sobre a Proposta de Lei n.º 166/XII/2.ª (ALRAA) – Alteração ao regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA.
8. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 790/XII/4.ª (ILC) - Lei de apoio à maternidade e paternidade pelo direito de nascer.  
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.  
[Parecer solicitado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias].
9. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 900/XII/4.ª (PS) -  
Procede à Revisão do Enquadramento Jurídico da atual Direcção-Geral de Protecção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas.  
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
10. Distribuição, para elaboração de parecer, da Proposta de Lei n.º 333/XII/4.ª (GOV) -  
Procede à sexta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, e à segunda alteração à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que modifica os procedimentos de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direcção superior da Administração Pública.  
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.
11. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 915/XII/4.ª (PCP) -  
Estabelece um prazo excepcional para regularização da situação dos funcionários e

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

agentes do estado e dos corpos administrativos, bem como dos trabalhadores contratados ou assalariados, que exerceram funções Timor-Leste.

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

12. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 927/XII/4.<sup>a</sup> (PS) -  
Procede à alteração do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, clarificando o  
conceito de prestações de serviços médicos e sanitários.

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PCP.

13. Ponto de situação das iniciativas legislativas pendentes em Comissão.

14. Distribuição de iniciativas europeias.

15. Apreciação do pedido feito pela Comissão Especial do Parlamento Europeu sobre as  
Decisões Fiscais Antecipadas e Outras Medidas de Natureza ou Efeitos Similares.

16. Fixação da redação final do Projeto de Lei n.º 826/XII/4.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP) - Simplificação  
e padronização do comissionamento de contas de depósito à ordem (altera o Decreto-  
Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, o Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro e o  
Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de dezembro).

17. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 316/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - Aprova o novo  
regime especial aplicável às entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira a partir  
de 1 de janeiro de 2015.

18. Fixação da redação final do Projeto de Lei n.º 957/XII/4.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP) - Altera o  
Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo  
Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, alargando o âmbito da dedução das  
despesas de saúde.

19. Outros assuntos.

**10:00**

Audição do Governador do Banco de Portugal,  
no âmbito da prossecução do plano de atividades da Comissão.

1. **Apreciação e votação das atas n.ºs 378 e 379, referentes às reuniões de 20 e 21 de maio, respetivamente.**

As atas foram aprovadas por unanimidade.

2. **Apreciação e votação do parecer sobre os Projetos de Lei n.ºs 841/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Reforça a competência do Banco de Portugal quanto às entidades de auditoria externa, 842/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Reforça a competência do Banco de Portugal quanto à auditoria e controle interno das instituições de crédito, e 844/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Reforça os poderes do Banco de Portugal na ponderação da idoneidade para o exercício de funções nas instituições de crédito.**

**Autor do parecer: Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS).**

**[iniciativas agendadas para a Sessão Plenária de 29 de maio].**

3. **Apreciação e votação do parecer sobre os Projetos de Lei n.ºs 843/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Proíbe pagamentos a entidades sedeadas em offshores não cooperantes, 845/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Proíbe os bancos de realizarem operações sobre valores emitidos por si ou por entidades com eles relacionadas, 846/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Alarga a obrigatoriedade de registo dos acionistas dos bancos à identificação dos beneficiários últimos das entidades que participem no seu capital, e 847/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Proíbe a detenção de participações qualificadas por parte de entidades de cariz não-financeiro ou de conglomerados não-financeiros.**

**Autor do parecer: Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS).**

**[iniciativas agendadas para a Sessão Plenária de 29 de maio].**

O Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS) apresentou os pareceres sobre as iniciativas em causa, dando nota do seu teor. As Senhoras Deputadas Mariana Mortágua (BE) e Vera Rodrigues (CDS-PP) cumprimentaram o autor dos pareceres, que foi aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente esclareceu que, das iniciativas a discutir, na generalidade, na sexta-feira dia 29 de maio, no âmbito da temática da Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, apenas estas foram objeto de parecer devido ao facto de estarem já distribuídas há muitas semanas, ao contrário das restantes.

- 4. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 326/XII/4.ª (GOV) - Aprova o novo Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, bem como os regimes processuais aplicáveis aos crimes especiais do sector segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, transpondo a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009.**

O Senhor Deputado João Galamba (PS) propôs as audições da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e da Associação Portuguesa de Seguradores (APS). O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) considerou que, face às respostas já obtidas, não são necessárias audições para além da ASF. O Senhor Presidente lembrou que é tradição ouvir o autor da iniciativa legislativa, salientando de seguida o Senhor Deputado João Galamba (PS) que, dada a natureza da iniciativa, faz todo o sentido ouvir regulador e regulado. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) manifestou a sua concordância com todas as audições, tendo o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD), de seguida, solicitado o adiamento deste ponto.

- 5. Apreciação e votação do Requerimento dos Grupos Parlamentares do PSD/CDS-PP com vista à audição do Governo sobre a implementação da Resolução da Assembleia da República n.º 31/2014, de 11 de abril - Recomenda ao Governo que proceda à implementação de um programa nacional, global e integrado de modernização, simplificação e desburocratização administrativas.**

O Senhor Presidente recordou que esta matéria reuniu consenso e que ficaram em aberto outras audições. O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) esclareceu que a audição será com o Governo, não tendo que ocorrer com um Secretário de Estado em particular.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) declarou nada ter a opor e o Senhor Presidente comunicou que seria agendada a audição com o Governo.

- 6. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PS propondo que a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO), no âmbito das suas competências, proceda ao estudo do impacto orçamental do Artigo 6.º (redação final) do Projeto de Lei n.º 826/XII/4.ª, de modo a estimar o valor total dos benefícios atribuídos ao Novo Banco.**

O Senhor Deputado João Galamba (PS) apresentou o requerimento. O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) defendeu que o mesmo não faz sentido, uma vez que o sigilo fiscal deve ser protegido, não identificando os benefícios fiscais em concreto, após o que o Senhor Deputado João Galamba (PS) recordou que foi aprovada uma norma para esta situação em concreto, notando que, uma vez que o Governo não respondeu às perguntas reiteradamente colocadas pelos GP's de PS, PCP e BE, estes têm o direito de saber o valor dos benefícios fiscais atribuídos.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) defendeu que resultou da intervenção do Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) que se pretende esconder o montante dos benefícios fiscais, lembrando que a Senhora Ministra de Estado e das Finanças e o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais nunca responderam às sucessivas perguntas nesse sentido. Salientou que os benefícios fiscais são publicitados num momento posterior e que nada permite manter em segredo estes montantes, recordando ainda que o PCP apresentou estimativas mas que não houve confirmação das mesmas e que é necessário saber o montante concreto.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) referiu que, se o Governo e os partidos que o suportam politicamente estão certos da alteração introduzida, então deveriam desejar que a UTAO confirmasse o impacto dessa alteração. Enfatizou que manter ocultado o montante em causa não beneficia a transparência do processo e que o receio de uma análise independente indicia haver algo a esconder.

Interveio de seguida o Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD) que afirmou que esta situação tem dado origem a notícias que não dignificam a atividade parlamentar. Sustentou tratar-se de um processo claro, igual a tantos outros processos de reestruturação de empresas, não finalizado, não sendo possível à UTAO conseguir avaliar o impacto daquela norma.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) referiu que não defendeu que a operação é ou não aceitável e lembrou que os GP's de PSD e CDS-PP solicitaram à UTAO a avaliação das propostas de alteração dos GP's de PS, PCP, BE e PEV à proposta de lei de Orçamento do Estado, enquadrando-se estas iniciativas nas competências da UTAO. Tendo a norma em causa um determinado impacto, este deve ser avaliado, recordando que o Estado está a prescindir de receitas e salientando que não está aqui em causa qualquer interpretação criativa das competências da UTAO.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) recordou que, recentemente, os GP's de PSD e CDS-PP quiseram submeter à avaliação da UTAO o cenário macroeconómico do PS. Lembrou que o Banco Espírito Santo ainda existe e que, como tal, esta não é uma operação normal, referindo ainda que o Centro de Estudos Fiscais deu um parecer negativo à transferência de ativos para o Novo Banco.

Tomou a palavra a Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP), sustentando que esta é uma forma de o PS prolongar a discussão ocorrida em sede de apreciação do Projeto de Lei n.º 826/XII/4.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP), no âmbito da qual, defendeu, já foram prestados os devidos esclarecimentos. Considerou não haver um regime de privilégio ou de exceção, reiterando que nada há a esconder.

O Senhor Presidente esclareceu que esta é uma discussão legítima sobre a avaliação do impacto de alterações legislativas, enfatizando que a iniciativa em questão é uma iniciativa parlamentar e não do Governo.

O requerimento foi rejeitado com os votos a favor de PS, PCP e BE e os votos contra de PSD e CDS-PP.

Foi interrompida a sequência da Ordem do Dia, para proceder à audição do Governador do Banco de Portugal.

**Audição do Governador do Banco de Portugal,  
no âmbito da prossecução do plano de atividades da Comissão**

O Senhor Presidente deu as boas vindas ao Senhor Governador do Banco de Portugal e à sua equipa, bem como às Senhoras e Senhores Deputados presentes, enquadrando a reunião no âmbito da prossecução do plano de atividades da Comissão.

O Senhor Governador do Banco de Portugal efetuou uma intervenção inicial sobre as atividades desenvolvidas pelo Banco de Portugal ao longo do seu mandato, fazendo um balanço global deste, após o que o Senhor Presidente da Comissão passou, de imediato, a palavra aos Grupos Parlamentares.

Em sede de primeira ronda, intervieram os Senhores Deputados Pedro Nuno Santos (PS), Carlos Santos Silva (PSD), Vera Rodrigues (CDS-PP), Paulo Sá (PCP) e Mariana Mortágua (BE), tendo o Senhor Governador usado da palavra para responder, individualmente, às questões colocadas. Interveio, igualmente, o Senhor Presidente para fazer um breve

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

apontamento sobre as iniciativas legislativas agendadas para o debate na generalidade no dia 29 de maio.

No âmbito da segunda ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Nuno Santos (PS), Elsa Cordeiro (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP), Paulo Sá (PCP) e Mariana Mortágua (BE), tendo o Senhor Governador intervindo para responder ao conjunto de questões colocadas.

Em sede de terceira e última ronda, efetuaram intervenções finais os Senhores Deputados Pedro Nuno Santos (PS), Carlos Santos Silva (PSD), Vera Rodrigues (CDS-PP), Paulo Sá (PCP) e Mariana Mortágua (BE), tendo o Senhor Governador efetuado uma alocução final.

O Senhor Presidente agradeceu as informações e os esclarecimentos prestados pelo Senhor Governador, após o que deu por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante da presente ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Diversas informações sobre a audição, nomeadamente a sua gravação, estão disponíveis na [página internet](#) da Comissão

Os restantes pontos foram adiados para a próxima reunião, após o que o Senhor Presidente deu por concluídos os trabalhos e a reunião do dia.

A reunião foi encerrada às 14:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de maio de 2015

**O PRESIDENTE,**  
**EDUARDO CABRITA**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Carlos Santos Silva  
Cecília Meireles  
Conceição Bessa Ruão  
Cristóvão Crespo  
Eduardo Cabrita  
Elsa Cordeiro  
Fernando Virgílio Macedo  
João Galamba  
Jorge Paulo Oliveira  
Paulo Sá  
Pedro Nuno Santos  
Sónia Fertuzinhos  
Vera Rodrigues  
Vieira da Silva  
Cristóvão Norte  
Hugo Velosa  
Ivo Oliveira  
Maria das Mercês Borges  
Maria José Moreno  
Mariana Mortágua  
Michael Seufert  
Nuno Serra  
Pedro Pimpão  
Vasco Cunha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos  
João Paulo Correia  
José de Matos Rosa  
Pedro Filipe Soares

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco  
Nuno Reis